

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIENCIAS AFINS

Exercício: 2012

Processo: 01208000032201374

Município: Rio de Janeiro - RJ

Relatório nº: 201306037

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201306037, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pelo MUSEU DE ASTRONOMIA E CIENCIAS AFINS.

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 01/04/2013 a 20/04/2013, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos



Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a não conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN TCU 119/2012 e 124/2012, tendo sido adotadas, por ocasião dos trabalhos de auditoria conduzidos junto à Unidade, providências que estão tratadas em itens específicos deste relatório de auditoria.

Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN TCU 117/2011, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se as seguintes questões de auditoria: (i) a unidade jurisdicionada elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de referência? (ii) as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise censitária de todos os itens que compõem o Relatório de Gestão e as peças complementares.

Com objetivo de avaliar a conformidade das peças do processo de contas do MAST foi analisado o processo nº 01208.000032/2013-74 e constatado que a Unidade não elaborou todo o conteúdo do Relatório conforme as normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2012, haja vista a não apresentação de algumas informações requisitadas em seu Relatório de Gestão 2012. Entre as quais, destacam-se as renúncias tributárias sob a gestão da UJ, a gestão de precatórios, as informações da atuação do órgão de controle interno (OCI) sobre os Atos; os indicadores gerenciais sobre recursos humanos; as recomendações do OCI atendidas no exercício; de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Além disso, apontamos para a disponibilização de informações equivocadas e inconsistentes no Relatório de Gestão 2012 do MAST nos seguintes itens:

- item 5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, etc., vigentes no exercício de referência: Quadro A.5.3, Quadro A.5.5, Quadro A.5.6 e Quadro A.5.7.



- item 7.2. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial: Quadro A.7.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ;

- item 10.1. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Ressalte-se que o Relatório de Gestão analisado pela CGU foi entregue no prazo previsto na Decisão Normativa n.º 119/2012 do TCU. Após nossos trabalhos, tomamos conhecimento que o MAST recebeu diligência do Tribunal de Contas da União sobre o seu Relatório de Gestão 2012.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se a seguinte questão de auditoria: os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência dos objetivos e metas físicas e financeiras planejados ou pactuados para o exercício, foram cumpridos?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise das duas ações finalísticas da UJ. Além disso, foram incorporados os resultados das auditorias realizadas no âmbito do Acompanhamento Permanente da Gestão durante 2012.

Os dois quadros a seguir representam as informações sobre suas execuções físicas e financeiras.

240124 - Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST					
Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação					
AÇÃO	Meta Física			Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
	Previsão	Execução	Execução / Previsão (%)		



4174 - Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST	57	101	177,19%	-	-
4945 - Alfabetização Científica em Espaços Não-Formais de Educação pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST	50.000	159.887	319,77%	-	-

Fonte: Relatório de Gestão 2012 da UJ.

Quanto às execuções financeiras, temos o quadro abaixo:

240124 - Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST					
Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação	Meta Financeira				
	Fixação (dotação Final / atualizada) (R\$)	Execução Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Empenhada / fixação (%)	Despesa Liquidada (R\$)	Despesa Liquidada / Fixação (%)
4174 - Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST	1.020.000,00	825.238,88	80,91%	641.117,87	62,85%



4945	-	330.000,00	314.958,00	95,44%	243.177,19	73,69%
Alfabetização Científica em Espaços Não-Formais de Educação pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST						

Fonte: Relatório de Gestão 2012 do MAST.

De acordo com o Relatório de Gestão 2012 do MAST, nas duas ações acima: 4174 e 4945, as metas físicas alcançadas, eventos realizados e pessoas atendidas, respectivamente, foram superiores ao previsto, pois existem várias atividades realizadas com recursos provenientes de auxílios de pesquisa oriundas de diversas agências de fomento (CNPq, CAPES, FAPERJ, etc) e que são repassados diretamente aos pesquisadores, desonerando, desta forma, o orçamento do MAST. Além disso, a UJ coopera no desenvolvimento de ações de popularização da ciência no Rio de Janeiro, articuladas pela Secretaria de C&T para a Inclusão Social do MCTI. Nessas ações cabe ao MAST exercer o papel de Secretaria Executiva articulando a participação das instituições do Estado, além de ser o responsável pela contratação e montagem de toda infra-estrutura necessária. Essas ações são realizadas com recursos repassados pelo MCTI através de Termos de Descentralização de Crédito (TDC) e que não se incorporam ao orçamento do Museu. Especificamente em 2012, o MAST assumiu papel de protagonista em dois eventos de grande envergadura na área de divulgação e popularização de ciência, organizando o Armazém PopCiência na Rio+20 (72.284 pessoas atendidas) e os Eventos Integrados da Semana Nacional de C&T na cidade do Rio de Janeiro, envolvendo mais de cem instituições em quatro polos espalhados na cidade (22.000 pessoas atendidas). Ambos contaram com aporte de recursos repassados pelo MCTI ao MAST através de Termos de Descentralização de Crédito.

Além das ações finalísticas do PPA, existe o Termo de Compromisso de Gestão (TCG) onde o MAST e o MCTI pactuam metas anuais de desempenho a serem alcançadas pelo MAST. Esse documento define as condições específicas no relacionamento entre o MCTI, por meio da sua Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) e o MAST, visando assegurar a essa UJ as condições necessárias ao cumprimento de sua missão, estabelecida em seu Plano Diretor, com excelência científica e tecnológica em sua área de atuação.



Por fim, a partir dos resultados das auditorias realizadas no âmbito do Acompanhamento Permanente da Gestão durante 2012, elaborou-se o seguinte Quadro:

Ação	Quantidade de empenhos analisados	Volume total analisado R\$	Quantidade de empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da ação	Volume dos empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da ação
2000	7	2.712.888,11	-	-
4945	1	122.962,42	-	-
4174	1	96.686,76	-	-

Fonte: SIAFI 2012.

Assim, conclui-se que, dentro da amostra analisada, a unidade não aplicou recursos em objetos de gastos não compatíveis com a finalidade das ações.

Avaliamos que os controles internos administrativos da UJ quanto aos seus resultados quantitativos e qualitativos são adequados.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se a seguinte questão de auditoria: os indicadores da unidade jurisdicionada atendem aos seguintes critérios:

- (i) Completude (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão)?
- (ii) Comparabilidade (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas)?
- (iii) Confiabilidade (confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e replicável por outros agentes, internos ou externos à unidade)?
- (iv) Acessibilidade (facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral)?



- (v) Economicidade (razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade)?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na seleção dos indicadores já analisados no Acompanhamento Permanente da Gestão durante o exercício de 2012.

Com objetivo de responder à questão de auditoria quanto à avaliação da utilidade e mensurabilidade dos indicadores do MAST, foram analisados 9 dos 23 indicadores institucionais que fazem parte do Termo de Compromisso de Gestão – TCG, firmado com o MCTI: oito físicos e operacionais e um de inclusão social. Esses indicadores estão apresentados no quadro seguinte:

Nome do Indicador	Área da Gestão	Relacionado ao Macroprocesso Finalístico	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo
PPACN	Resultados Quantitativos	SIM	Índice de Projetos, Pesquisas e Ações de Cooperação Nacional	Número de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.
PPDB	e Qualitativos		Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos	$PPBD = PROJ / TNSEP$ PROJ = N° de projetos desenvolvidos no ano. TNSEP = dos Técnicos de Nível Superior, Especialistas, ou seja, o somatório de Pesquisadores, Tecnologistas e Bolsistas de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa, com mais de doze meses de atuação, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.
APCT			Atividades de Popularização da Ciência e Tecnologia	Número de atividades de popularização da ciência tais como sessões do planetário inflável, palestras para o público não especializado, publicações em jornais e revistas de grande circulação, entrevistas para a imprensa sobre temas científicos, textos de divulgação científica na internet, etc
EPCT			Eventos de Popularização da Ciência e Tecnologia	Número de eventos de divulgação científica para o grande público organizados pelo MAST, tais como Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana de Museus, exposições itinerantes, etc.
AHO			Arquivos Históricos em Organização	N° de fundos arquivísticos em organização, considerando as etapas de identificação, arranjo, descrição, codificação, elaboração de instrumentos de pesquisa e alimentação de base de dados.



ATC			Arquivos em Tratamento de Conservação	Nº de arquivos em tratamento de conservação, considerando as etapas de diagnóstico, higienização, acondicionamento, elaboração de embalagens e restauração.
OHR			Objetos Históricos Registrados	Nº de objetos museológicos registrados.
ICC			Instrumentos Científicos Conservados	Nº de instrumentos científicos conservados.
IIS			Pessoas Atendidas em Programas de Inclusão Social	Número de pessoas participantes nas atividades de popularização da ciência e tecnologia realizadas pelo MAST interna e externamente, incluindo: público visitante de exposição, reunião da SBPC, eventos realizados em escolas, exposições itinerantes, tendas e grandes eventos da Semana Nacional de C&T, etc.

Fonte: Relatório de Gestão 2012 do MAST.

O Quadro abaixo apresenta o resumo da avaliação da equipe em relação aos indicadores analisados.

Nome do Indicador	Compleitude	Comparabilidade	Acessibilidade	Confiabilidade	Economicidade
PPACN	S	S	S	S	S
PPDB	S	S	S	S	S
APCT	S	S	S	S	S
EPCT	S	S	S	S	S
AHO	S	S	S	S	S
ATC	S	S	S	S	S
OHR	S	S	S	S	S
ICC	S	S	S	S	S
IIS	S	S	S	S	S

Fonte: Relatório de Gestão 2012 do MAST.

Ressaltamos que os nove indicadores analisados acima já vêm sendo utilizados há algum tempo e estão relacionados ao cumprimento da missão da UJ e à execução de seu Plano Diretor - PDU 2011 - 2015.

Diante das informações apresentadas e da análise do TCG anual celebrado entre o MAST e o MCTI, concluímos que a utilização de indicadores como parte integrante do



processo de tomada de decisões encontra-se em evolução na UJ, principalmente nas áreas operacional, administrativa, financeira, recursos humanos e inclusão social.

O TCG inclui a conceituação técnica, o acompanhamento permanente dos mesmos e onde são estabelecidas formalmente as metas de desempenho a serem alcançadas. Constatamos que todos os indicadores que fazem parte do TCG possuem série histórica, o que permite a comparabilidade dos resultados obtidos no exercício. Além disso, destacamos que o TCG é assinado com diversas UJ's pertencentes ao MCTI e possui basicamente os mesmos indicadores utilizados pelo MAST. Sendo assim, qualquer análise mais abrangente desses indicadores deverá considerar o conjunto de UJ's que os utilizam.

Especificamente quanto ao indicador institucional – IIS, observamos que não há diferenças entre este e o indicador programático da Ação 4945 – Pessoas atendidas. Entretanto, as divergências encontradas no estabelecimento de suas metas devem-se ao fato da defasagem temporal na definição e preenchimento das mesmas. O PPA 2012-2015 teve como prazo final de preenchimento de suas metas a data de 13/01/2012, enquanto que o TCG 2012 foi firmado em 15/06/2012. Já as divergências encontradas quanto à medição dos resultados alcançados devem-se às condicionantes de preenchimento do sistema utilizado para o carregamento de dados das ações do PPA, o SigMCT – Sistema de Informações Gerenciais do MCTI, cujo cronograma de atualização de dados é bastante restritivo. Este problema causa impacto no acompanhamento do próprio planejamento da Unidade.

Os controles internos administrativos sobre os indicadores da UJ são exercidos pela própria Diretoria da instituição, não havendo uma estrutura formal.

2.4 Avaliação dos Indicadores dos Programas Temáticos

Considerando que na Lei N °12.593/2012 os indicadores são exigidos apenas para os programas temáticos, considerando que durante a gestão 2012 não foi publicado o decreto de Gestão do PPA 2012-2015, e considerando ainda que não há definição quanto ao Gerente do Programa e Coordenador da Ação (agentes no modelo de gestão do PPA 2008-2011 e que determinavam se a Unidade era ou não responsável pelo programa ou ação), a avaliação do item 4 do anexo IV da DN 124/2012 restou prejudicada. Dessa forma, o controle interno se abstém de emitir opinião sobre o item 4 na gestão 2012.



2.5 Avaliação da Gestão de Pessoas

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, consideraram-se as seguintes questões de auditoria: (i) A gestão de pessoas possui processos de trabalho que buscam a adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições? (ii) O(s) setor(es) responsável(eis) observou(aram) a legislação aplicável à remuneração, cessão e requisição de pessoal? (iii) Os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SIAPE) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto? (iv) O(s) setor(es) responsável(eis) observou (aram) a legislação aplicável à admissão de pessoal, concessão de aposentadorias, reformas e pensões? (v) Os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SISAC) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto?

A metodologia da equipe de auditoria foi diferenciada conforme o item. Quanto à força de trabalho, foi realizada a confirmação das informações prestadas no Relatório de Gestão da Unidade com a subsequente análise. Quanto à remuneração de pessoal estatutário (ativos, inativos e pensionistas) foi realizada uma análise censitária no SIAPE a partir de ocorrências pré-estabelecidas (cruzamento entre os registros no SIAPE e a legislação de pessoal das unidades) e não foram identificadas ocorrências na análise da folha de pagamento do MAST durante a gestão de 2012. Quanto aos registros no sistema corporativo, foi realizada uma análise censitária de todos os registros de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão no SISAC.

Quanto à força de trabalho, com base na consulta ao SIAPE e nas informações extraídas do Relatório de Gestão de 2012, as informações disponibilizadas foram consideradas consistentes pela equipe de auditoria. Verificou-se que o quadro de pessoal do MAST estava assim constituído no final do exercício de 2012:

Quadro: Tipologia dos Cargos

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	65	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4 + 3)	65	0	0



1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	59	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	01	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	01	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	00	0	0
3. Servidores – CLT – ANS – DEC 6657/08	04	0	0
4. Grupo Direção e Assessoramento Superior	03	01	01
5. Total de Servidores (1+2+4)	68	01	0

Fonte: Folha de Pagamento MAST - SIAPE – Dezembro – 2012.

Segundo as informações disponíveis no Relatório de Gestão 2012 do MAST, a UJ enfrentou problemas de redução da equipe de bolsistas e de servidores por aposentadoria. Além disso, houve um impacto na execução orçamentária no exercício de 2012, em função de mudanças de pessoal no setor administrativo e a consequente readaptação do grupo às novas orientações operacionais.

A UJ reportou limitações com a falta de pessoal especializado nas suas áreas de pesquisa e de preservação de acervos. Apontou também para a existência de uma lacuna nos demais níveis da carreira, principalmente na parte técnica da área arquivística e de coleções museológicas e na pesquisa histórico-científica que tem enorme potencial de crescimento, mas esbarra nas limitações de pessoal. Da mesma forma, a área de educação em ciências, apesar de receber um novo pesquisador por concurso, em breve perderá pesquisadores por aposentadoria e bolsistas do Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – PCI/MCTI de alta qualificação.

Diante do exposto acima, o MAST teve dificuldades para cumprir algumas das previsões previamente estabelecidas.

Em março de 2013, o MAST recebeu 20 novos servidores da carreira de Assistente de Ciência e Tecnologia – cargo de nível médio, aprovados em concurso público realizado em fins de 2012, em decorrência do processo de substituição de mesmo número de terceirizados.



Considerando a defasagem ainda existente entre o quantitativo atual e o desejado, constatamos que a UJ aguarda as deliberações do MCTI e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, pois, na condição de Unidade de Pesquisa subordinada ao MCTI, não é detentora das vagas. Evidenciamos ainda que a UJ mantém permanente diálogo com a Administração Central, dando ciência quanto as suas carências de pessoal, ressaltando a necessidade de realização de novos concursos públicos e também em função do quadro crítico quanto à previsão de futuras aposentadorias.

A seguir, avaliaremos o perfil do quadro de pessoal do MAST quanto à sua faixa etária.

Quadro: Servidores por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária (em anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1 Provimento de Cargo Efetivo	0	8	27	21	7
- Servidores de Carreira	0	8	27	21	7
2 Provimento de Cargo em Comissão	1	3	0	1	0
- Grupo de Direção e Assessoramento Superior	1	3	0	1	0
- Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
TOTAL (1 + 2)	1	11	27	22	7

Fonte: Folha de Pagamento MAST - SIAPE – Dezembro – 2012

A UJ realizou estudos prevendo uma potencial redução de 16 servidores na sua força de trabalho entre os exercícios de 2013 e 2016. Essa redução ocorrerá em diversas áreas e diversos cargos do MAST devido à previsão de aposentadorias nesse período. Esses estudos refletem o envelhecimento do quadro de pessoal da unidade, conforme verificamos no quadro anterior, sem a sua devida reposição de recursos.



Quanto à remuneração de pessoal, na ausência de ocorrências específicas na UJ, foram analisados os dados da folha de pagamento de 7 servidores na unidade, representando 10,3% (7/68) do total, com vistas a avaliar a gestão de pessoas, por meio da observância à legislação sobre remuneração relativa a concessão de adicional de insalubridade, ao pagamento da rubrica: salário CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a cessão de pessoal. Da aplicação dos testes de auditoria por parte da equipe, conforme escopo definido antes do início dos trabalhos na unidade, informamos que não foram encontradas desconformidades nem irregularidades. Evidenciamos ainda que o MAST possui dois servidores cedidos para outros órgãos e não possui servidores requisitados.

Quanto aos registros no SISAC, apresentamos o quadro abaixo:

Quantidade de atos de admissão, concessão de aposentadoria, reforma e pensão emitidos em 2012.	Quantidade de atos cujo prazo do art. 7º da IN 55 foi atendido.
3	3

Fonte: Extrações do sistema SISAC

A UJ cadastrou todos os atos ocorridos em 2012 no sistema SISAC durante o próprio exercício e sem atrasos.

Sobre os controles internos administrativos na gestão de pessoas do MAST, identificamos algumas fragilidades nessa área, tais como: a não execução das atividades por metas e/ou por plano de trabalho, prejudicando a identificação de riscos e pontos críticos e de medidas de prevenção; a ausência de uma rotina que permita estabelecer critérios para a priorização de atividades e procedimentos e de uma sistemática que assegure a adoção de providências adequadas e tempestivas, no caso de identificação de inconformidades nas atividades/procedimentos. Além disso, apontamos para a ausência de indicadores para acompanhar os processos envolvidos e identificar fragilidades. Esses problemas estão relacionados à existência, durante o exercício de 2012, de apenas dois servidores lotados na área de Recursos Humanos.

2.6 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias



A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se se os Controles Internos Administrativos relacionados à gestão das transferências da UJ estão instituídos de forma: (i) a identificar o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos? (ii) a identificar gargalos na análise das prestações de contas dos convenientes ou contratados? (iii) a identificar dificuldades na execução do planejamento para a fiscalização da execução do objeto da avença, inclusive quanto à utilização de verificações físicas e presenciais?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na verificação comparativa entre as informações apresentadas pela UJ no Relatório de Gestão, nas respostas aos questionamentos sobre a estrutura dos controles internos do setor de convênios da UJ (respostas às Solicitações de Auditoria expedidas) e na análise documental da única transferência concedida vigente em 2012 na UJ.

Objetivo do Convênio

Quantidade total de transferências concedidas no exercício	Volume de recursos total de transferências concedidas no exercício	Quantidade e Avaliada	Volume de recursos avaliados	Quantidade em que foi detectada alguma impropriedade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma impropriedade
1	0	1	0	1	0

Em relação ao instrumento de transferência analisado, cabe ressaltar que este foi o único instrumento de transferência concedido desde 2008, ou seja, não é frequente a utilização deste mecanismo pelo MAST.

Na análise do processo do convênio n.º 626828 identificamos algumas impropriedades que não comprometeram nem o objetivo nem o resultado final do objeto, mas que evidenciaram a necessidade de melhoria nos controles internos administrativos do setor de convênios.

Avaliação das Prestações de Contas



Quantidade de Prestações de Contas Vigentes	Quantidade de Prestações de Contas Avaliadas	Quantidade de Prestações de Contas em que foi detectada impropriedade pela equipe
<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>

O problema encontrado foi a ausência de documentos formais referentes ao encaminhamento e análise da prestação de contas do convênio analisado, conforme previsto na Portaria Interministerial 127/2008.

Além disso, evidenciamos que a UJ não possui procedimentos formais de controle estabelecidos, com rotinas para a formalização das propostas, acompanhamento da execução e para a análise das prestações de contas dos instrumentos de transferências concedidos. Conforme as informações prestadas, a UJ atribuiu a não formalização desses mecanismos de controle ao fato da utilização de instrumentos de transferências de recursos não serem usuais no MAST.

2.7 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, foram consideradas as seguintes questões de auditoria: (i) Os processos licitatórios realizados na gestão 2012 foram regulares? (ii) Os processos licitatórios e as contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação foram regulares? (iii) Os critérios de sustentabilidade ambiental foram utilizados na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras? (iv) Os controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações estão instituídos de forma a mitigar os riscos?

Quanto à regularidade dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, o resultado das análises está sintetizado conforme os quadros a seguir, sendo que a seleção da amostra analisada foi realizada com base no critério da materialidade. Em relação aos processos licitatórios, cabe ressaltar que a seleção da amostra teve como universo as licitações que tiveram o contrato formalizado no exercício de 2012. Por este critério, o universo se restringiu ao processo analisado.

No que tange à verificação da utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, não houve registros (editais de licitação) na Unidade em 2012 que atendessem ao critério da amostra.



Licitação - Geral

Quantidade total Processos Licitação (com contratos formalizados em 2012)	Volume total de recursos dos processos licitatórios (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
1	14.800,00	1	14.800,00	0	0

Dispensa de Licitação

Quantidade total Dispensas	Volume total de recursos de dispensas (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
27	932.936,36	2	114.992,36	0	0

Inexigibilidade de Licitação

Quantidade total Inexigibilidade	Volume total de recursos de Inexigibilidade (R\$)	Quantidade e avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
16	173.614,60	1	117.951,68	0	0



Quanto aos controles internos administrativos da gestão de compras, verificamos que, de uma forma geral, são efetivos. Destacamos como ponto positivo a elaboração, em julho de 2012, de um manual de procedimentos de compras de materiais e serviços, que estabeleceu rotinas e padronizou procedimentos, criando um ambiente de controle favorável para as boas práticas na área de compras da UJ. Outro ponto a se destacar é a aplicação de checklists em várias etapas da instrução processual dos processos de compras da UJ, reforçando o procedimento de controle. Por outro lado, não verificamos no manual de compras e nem nas informações prestadas pela UJ, a existência formal de controles relacionados às compras sustentáveis e, tampouco, orientações para a inclusão desse princípio na elaboração das propostas/editais.

Em relação aos riscos quanto ao não atingimento de metas estabelecidas, verificamos que não existem indicadores para a gestão de compras e contratações.

2.8 Avaliação da Gestão do Uso do CPGF

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se as seguintes questões de auditoria nos Controles Internos Administrativos instituídos pela UJ relacionados à gestão de uso do CPGF: (i) Os cartões de pagamento foram instituídos e estão sendo utilizados em consonância com as disposições dos Decretos n.º 5.355/2005 e 6.370/2008? (ii) A estrutura de controles internos administrativos garante o regular uso dos cartões de pagamento? (iii) Estão definidos em normativos internos os responsáveis pelo acompanhamento (concessão, fiscalização e prestação de contas) do CPGF? (iv) Existe avaliação de risco para as entidades beneficiárias (em função da finalidade (viagens, sigilosas, pequeno vulto) e modalidade do CPGF (saque ou fatura)? (v) São adotadas medidas compatíveis com os riscos identificados? Ou seja, para os CPGF com risco maior existem procedimentos adicionais: são priorizados os gastos sigilosos e na modalidade saque? (vi) As prestações de contas do CPGF foram efetuadas tempestivamente e conforme a legislação? Em caso de identificação de inconformidades nas análises, houve a adoção de providências? (vii) Existem indicadores que possibilitem ao gestor identificar fragilidades no processo? (viii) O gestor atua no atendimento das determinação e recomendações anteriores ?

Para avaliar a gestão do uso do cartão de pagamento do governo federal (CPGF) pelo MAST em 2012, a metodologia da equipe de auditoria consistiu no levantamento de informações por meio de questionamentos formais à unidade sobre os controles internos existentes relacionados ao uso do CPGF e na análise documental de 3 processos de suprimento de fundos, selecionados pelos critérios de materialidade e criticidade



(ocorrência de saques), que corresponderam ao montante de 49% dos volumes de recursos executados em 2012 pela UJ na modalidade suprimento de fundos.

Conforme informações levantadas, apenas 4 servidores utilizaram o CPGF, distribuídos pelas coordenações de Museologia (1), Educação (2) e Administração (1).

A partir dos exames realizados elaborou-se o seguinte Quadro.

Modalidade	Quant. total de transações do exercício	Vol. total de recursos de (R\$)	Quant. avaliada	Vol. de recursos avaliados(R\$)	Quant. em que foi detectada alguma irregularidade	Vol. dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade (R\$)
Fatura	22	40.014,83	4	19.256,02	0	0
Saque	3	634,35	3	634,35	0	0

Da análise dos processos, verificamos que os saques foram justificados, bem como as demais despesas constantes das faturas estavam suportadas por documentos fiscais devidamente atestados e dentro do limite máximo permitido para cada despesa. Da mesma forma, os atos de concessão dos suprimentos de fundos e de análise das prestações de contas foram instruídos de forma adequada.

Quanto aos controles internos relacionados ao uso do CPGF, verificamos que a UJ não possui um sistema de controle interno consistente e detalhado, formalizado por meio da utilização de checklists, avaliação de riscos, etc. Com relação à definição de responsáveis, nos normativos internos, identificamos no estatuto a competência apenas do chefe do setor de orçamento e finanças para a administração das atividades relacionadas a suprimento de fundos, incluindo o controle das respectivas prestações de contas.



2.9 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação, utilizando o sistema SIAFI gerencial, da movimentação de todas as contas do Passivo que se relacionam os passivos assumidos pela UJ sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos.

Não foi encontrado nenhum valor registrado nas contas contábeis pertinentes. Do mesmo modo, são consideradas consistentes as informações apresentadas no Relatório de Gestão do exercício 2012 do MAST, de que não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos durante o exercício sob exame.

2.10 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, consideraram-se as seguintes questões de auditoria por tema:

Tema 1 – PDTI: (i) O PDTI abrange o conjunto mínimo de itens definido no modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI do SISP? (ii) O PDTI está sendo efetivo para direcionar as ações de TI? (iii) O PDTI está alinhado com os objetivos do negócio do órgão definidos no Plano Estratégico Institucional (PEI)?];

Tema 2 – Recursos Humanos: O órgão mantém independência em relação aos empregados das empresas contratadas?;

Tema 3 - Política de Segurança da Informação: O órgão/entidade definiu e documentou a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, com apoio da alta gestão da UJ, em conformidade com as recomendações do GSI e normas aplicáveis?;

Tema 4 - Desenvolvimento de Software: O órgão/entidade definiu, documentou e implantou um processo de desenvolvimento software, utilizando padrões de gestão para o monitoramento dos projetos de desenvolvimento e adotando métricas para mensuração de esforço e custo relacionadas a entrega de produtos?;

Tema 5 - Contratações de TI: (i) As contratações de Soluções de TI, realizadas no período de exame, foram baseadas nas necessidades reais do órgão/entidade, estão alinhadas com o PDTI ou documento similar e estão em conformidade com a IN04/2010 da SLTI? (ii) Os processos licitatórios para contratação de Soluções de TI foram baseados em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame, e realizados preferencialmente na modalidade pregão, conforme dita a IN04/2010 da SLTI? (iii) Os controles internos adotados para gestão do contrato foram suficientes e adequados para garantir, com segurança razoável, a mensuração e o monitoramento dos serviços efetivamente prestados, segundo a IN04/2010 da SLTI?

Para cada tema estabeleceu-se a seguinte metodologia de análise constante no quadro abaixo considerando inclusive os resultados já obtidos no Acompanhamento Permanente da Gestão 2012.



Tema	Metodologia
PDTI	Avaliação do PDTI ou documento equivalente, das listas das ações de TI de 2012 (no sítio eletrônico do órgão e no DOU).
Recursos Humanos de TI	Avaliação dos editais, contratos e ordens de serviços de TI vigentes em 2012.
Política de Segurança de Informação	Avaliação da política de Segurança da Informação e Comunicação e/ou outros documentos correlatos; e de documentos que comprovassem a participação da alta direção nas decisões relacionadas à POSIC. (Atas, emails, memorandos).
Desenvolvimento de Software	Avaliação do processo de desenvolvimento de Software utilizado pelo órgão/entidade.
Contratações de TI	Avaliação dos processos de formalização e de pagamento das contratações TI realizadas pela UJ no exercício em análise.

A partir dos registros constantes no tópico "Achados de Auditoria" pode-se chegar às seguintes conclusões por tema.

Tema 1 – PDTI:

A elaboração do PDTI 2012-2014 do MAST tomou por base o guia disponibilizado pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e considerou o planejamento de investimentos necessários, a proposta orçamentária, o quantitativo e a capacitação de pessoas e a identificação e o tratamento de riscos relacionados à TI. O documento apresenta o planejamento de investimentos necessários, proposta orçamentária, quantitativo e capacitação de pessoas, identificação e tratamento de riscos relacionados à TI, alinhando as soluções de TI às metas e às necessidades do Museu. O Serviço de Tecnologia da Informação - STI realiza um acompanhamento periódico da execução do PDTI. Além disso, registramos a existência do Planejamento Estratégico da UJ, consubstanciado em seu Plano Diretor 2011-2015.

A UJ apresentou a Portaria que estabeleceu a Comissão de Tecnologia da Informação que faz o papel do Comitê de TI do MAST.

Tema 2 – Recursos Humanos de TI

Verificamos que, de um modo geral, a área de tecnologia da Informação do MAST opera com um quantitativo de mão de obra abaixo do ideal, tornando difícil a produtividade do setor, no sentido de suprir todas as demandas da instituição. Ao todo seis pessoas integram a área de TI do Museu, quatro terceirizados e dois servidores efetivos, o que faz com que o atendimento da demanda esteja aquém da necessidade atual da UJ, agravado pelo fato da necessidade de realização de trabalhos de informática



ser cada vez maior, em todos os setores da instituição. O MAST apresentou um estudo com a quantidade ideal para o quadro de servidores na área de TI, apontando para a necessidade de mais dois servidores concursados, totalizando quatro efetivos, para atender às necessidades atuais da UJ.

Analisando o quadro de pessoal de Tecnologia da Informação no MAST, constatou-se a existência de um empregado terceirizado desempenhando atividades de gestão de TI - Administração da Rede Local do MAST, o que acarreta risco relevante de dependência de pessoa sem vínculo efetivo com a Unidade para execução de atividades de TI, visto que o fato pode fragilizar a gestão da Unidade.

Registramos que o Plano de Cargos e Salários do MAST é o mesmo do MCTI e nele não consta cargo específico para a área de TI.

Tema 3 - Política de Segurança da Informação

A UJ apresentou sua política de segurança da informação, considerada adequada ao tamanho e ao perfil do MAST.

Tema 4 - Desenvolvimento de Software

A UJ apresentou sua metodologia de desenvolvimento de software e a sua rotina para alterações nos sistemas de TI. Ressalte-se que esses instrumentos carecem de formalização.

Tema 5 – Contratações de TI

As aquisições de bens e serviços de TI são realizadas com metodologia definida, abordando o planejamento e a seleção do fornecedor.

Avaliando o nível de participação de terceirização nas soluções de Tecnologia da Informação da unidade, em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ, com base na extração dos percentuais das soluções de TI desenvolvidas e mantidas por terceiros em relação ao total apresentado, verificou-se que 100% das soluções foram desenvolvidas internamente, e todas elas são mantidas pelos dois servidores de carreira e pelos quatro terceirizados.



Analisamos uma das contratações de Soluções de TI realizadas no período de exame e, verificamos que: a amostra selecionada foi baseada na necessidade real do órgão, está alinhada com o PDTI e em conformidade com a IN04 2010 da SLTI.

Entendemos que os controles internos administrativos de TI do MAST, considerando a estrutura e o perfil da UJ, são razoáveis, tendo em vista as necessidades atuais do Museu. Necessitando, entretanto, de algumas melhorias quanto à formalização e ao controle de riscos.

2.11 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se as seguintes questões de auditoria: (i) Existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar bens imóveis da União, próprios ou locados de terceiros, que estejam sob responsabilidade da UJ? (ii) Todos os imóveis geridos pela UJ estão registrados no SPIUnet, inclusive os bens de uso especial? (iii) Todos os imóveis geridos pela UJ estão com data de última avaliação superior a 2008? (iv) Existem demonstrativos que evidenciem as memórias de cálculos e os principais critérios adotados para reavaliações e valorizações/desvalorizações dos imóveis sob responsabilidade da UJ? (v) Os gastos realizados com a manutenção dos imóveis da União são proporcionalmente mais representativos que os gastos com a manutenção de imóveis locados de terceiros? (vi) Os processos de locação de imóveis de terceiros são formalizados e os preços contratuais dos aluguéis são compatíveis com os valores de mercado? (vii) Os gastos com benfeitorias necessárias e úteis realizadas pela UJ nos imóveis locados de terceiros durante o exercício financeiro foram indenizados pelos locadores nos termos na Lei 8245/1991? (viii) A estrutura de controles internos administrativos está instituída de forma a mitigar os riscos na gestão do patrimônio imobiliário?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação por amostragem não aleatória depois de realizado o levantamento de todos os bens especiais existentes, bem como dos gastos com manutenção, locação e benfeitorias. Utilizou-se no levantamento informações do inventário de bens imóveis e dos sistemas SIAFI gerencial e SPIUNet. No caso específico dos bens especiais, foram incorporados os resultados obtidos durante o Acompanhamento Permanente da Gestão 2012.

O MAST efetivamente não possui um bem imóvel de uso especial cadastrado no SPIUnet em seu nome. Porém, na prática, utiliza e é responsável por manter uma parte do patrimônio que está registrado em nome do Observatório Nacional - ON. O MAST foi criado em 1985 e anteriormente somente existia o ON, que ocupava todo o terreno.



Existe ainda um Plano Diretor ON-MAST, elaborado em setembro de 2005, que estabeleceu, de forma preliminar, quais os bens imóveis que estão sob a guarda do ON e quais estão sob a guarda do MAST. Essa distribuição pode ser alterada pelo MCTI. Entendemos que essa situação necessita de uma definição para que a distribuição dos terrenos e imóveis seja regularizada.

O MAST não efetuou qualquer reavaliação de imóveis uma vez que todos os imóveis do Campus estão registrados no SPIUnet em nome do ON. Também não utiliza bens imóveis de uso especial locados de terceiros.

Os gastos de manutenção e reforma, realizados pelo MAST nos imóveis sob sua guarda, estão no quadro abaixo:

Despesa no Exercício (R\$)	
Com Reformas	Com Manutenção
96.686,76	630.206,31

Fonte: MAST

O valor realizado com reformas foi aquele referente ao restauro da muralha frontal do MAST.

Observamos que o MAST tem encontrado dificuldades de dotação e execução orçamentária, o que tem impossibilitado a celebração de contratos de manutenção preventiva em suas instalações. Dessa forma, a manutenção corretiva passou a ser executada de acordo com as necessidades e mediante contratações específicas.

A estrutura de controles internos da UJ relativa à gestão de patrimônio é adequada tendo em vista o quantitativo de pessoas atualmente existente no Serviço de Infraestrutura e Logística do Museu. Entendemos que a Diretoria da instituição está ciente sobre os eventuais riscos decorrentes da falta de contratos de manutenção preventiva por restrições orçamentárias. Registramos apenas a ausência da regularização quanto a que parte do terreno pertence à instituição, conforme Plano Diretor ON-MAST, e apontamos que esse trabalho específico demanda um esforço temporário, isto é, a demanda de recursos humanos é apenas durante o trabalho de regularização.



Recomendações:

Recomendação 1: Atuar junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para que sejam tomadas as providências para regularização dos imóveis no campus administrado pelo MAST e pelo ON.

2.12 Avaliação da Gestão Sobre as Renúncias Tributárias

Utilizou-se no levantamento, informações das declarações fornecidas pela UJ no Relatório de Gestão e não foi encontrado nenhum valor registrado nas contas contábeis pertinentes. Do mesmo modo, são consideradas consistentes as informações apresentadas no Relatório de Gestão do exercício 2012 do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST de que não houve renúncias tributárias, sob gestão da UJ, durante o exercício sob exame.

2.13 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento dos acórdãos para a UJ considerando a seguinte questão de auditoria: caso haja uma determinação específica do TCU à CGU para ser verificada na AAC junto à UJ, a mesma foi atendida?

A metodologia consistiu no levantamento de todos os acórdãos para os quais haja determinação para a UJ e seja citada a CGU com posterior verificação do atendimento do mesmo.

Para uma melhor compreensão elaboramos o quadro abaixo:

Quantidade de Acórdãos Com determinações à UJ em 2012	Quantidade de Acórdãos Com determinações à UJ em que foi citada a CGU	Quantidade de acórdãos em que houve menção para a atuação da CGU atendidos	Quantidade de acórdãos em que houve menção para a atuação da CGU parcialmente atendidos	Quantidade de Acórdãos em que houve menção para a atuação da CGU não atendidos
---	---	--	---	--



		integralmente		
2	-	-	-	-

Fonte: Site do TCU

Diante do exposto, observa-se que não houve determinação que atendesse ao critério de amostra estabelecido. Quanto ao cumprimento das determinações expedidas em 2012, com base nas informações prestadas pela UJ, verificamos o seu devido atendimento.

2.14 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das recomendações emitidas por ele considerando a seguinte questão de auditoria: A UJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU especialmente quanto: à instauração de TCE, à apuração de responsabilidade, ao fortalecimento do controle interno administrativo?

A metodologia consistiu no levantamento de todas as recomendações existentes e emitidas durante a gestão 2012 com posterior verificação do atendimento das mesmas.

Como não houve ocorrência de recomendações dessa CGU para o MAST no exercício de 2012, avaliamos, dentre as recomendações anteriores, aquela de maior relevância, qual seja, a informalidade que existia na relação mantida com o Observatório Nacional no gerenciamento do campus. Entendemos que houve evolução no atendimento dessa recomendação, persistindo a falta de definição oficial quanto à parte do terreno e a quais edificações pertencem ao MAST e ao Observatório Nacional - ON. O terreno está registrado no SIPUnet como sendo do ON, existindo apenas um Termo de Cessão Provisória entre a SPU e o MAST/ON. Sendo assim, consideramos esta recomendação ainda pendente de atendimento.



2.15 Avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão considerando a seguinte questão de auditoria: a unidade possui carta de serviço ao cidadão nos moldes do Decreto 6932/2009?

A partir dos exames aplicados concluiu-se que a unidade jurisdicionada é prestadora de serviços ao cidadão, porém ainda não implementou a carta de serviços. No momento, as informações referentes aos serviços prestados pelo MAST, às formas de acesso a esses serviços, aos respectivos compromissos e à dinâmica de atendimento ao público estão disponibilizadas no site da instituição e estão organizadas segundo cada área de atuação. A UJ comprometeu-se a compilar essas informações para a confecção da Carta de Serviço ao Cidadão, nos moldes determinados pelo Decreto 6.932/2009, privilegiando sua permanente divulgação por meio de afixação em local de fácil acesso ao público, nos respectivos locais de atendimento e em seu site.

2.16 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do Relatório de Correição considerando as seguintes questões de auditoria: (i) Existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e a devida utilização do sistema CGU-PAD na UJ? (ii) A UJ está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD?

A metodologia consistiu na avaliação do Relatório de Correição fornecido pelo sistema CGU-PAD.

A partir dos exames aplicados concluiu-se que o MAST incluiu o Relatório de Correição a partir do CGU-PAD. Observou-se ainda que o único PAD instaurado em 2012 foi registrado no sistema CGU-PAD e que, considerando as dimensões da instituição e dentro das condições atuais da UJ, a estrutura de pessoal e tecnológica é suficiente para gerenciar os PAD instaurados e o devido uso do sistema CGU-PAD.

2.17 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna



A UJ não possui unidade de Auditoria Interna.

2.18 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos instituídos garantem o atingimento dos objetivos estratégicos?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação de todas as áreas de gestão auditadas (já avaliadas nos itens anteriores) e dos principais macroprocessos finalísticos. A partir da avaliação comparada entre os controles internos por área de gestão e os macroprocessos finalísticos, emitiu-se uma opinião sobre os componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, monitoramento, na parte referente aos achados de auditoria.

De acordo com o perfil e o tamanho da UJ, consideramos que os controles internos administrativos do MAST carecem de melhorias em seus procedimentos quanto à formalização de seus processos, de modo a possibilitar que os riscos possam ser melhor avaliados e controlados. Além disso, entendemos que se faz necessária a criação de mais indicadores em algumas áreas de gestão específicas, de modo que a UJ possa efetuar um melhor monitoramento de cada situação específica. Entendemos que a área do MAST que necessita de uma atenção prioritária é a de gestão de pessoas.

2. 19 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.



Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro

Achados da Auditoria - nº 201306037

1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

1.1 Administração da Unidade

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica das principais ações sob responsabilidade da UJ.

Fato

Trata-se das informações básicas das principais ações executadas pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. O levantamento dessas informações considerou 100,00% do total das despesas executadas pela UJ, conforme discriminado abaixo:

Programa - Descrição	Ação (projeto / atividade / Op. Especiais) - descrição	Finalidade	Forma de Implementação / detalhamento	Representatividade
2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação	AÇÃO: 4174 - Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST	Divulgar, pesquisar e preservar o patrimônio e a história científica e tecnológica brasileira	Direta Escolha de temáticas originais e de interesse social para pesquisa em História e Educação para a Ciência. Elaboração de novos projetos de pesquisa. Desenvolvimento de novos	13,46%



			projetos e prosseguimento dos antigos projetos de pesquisa ainda em desenvolvimento: identificação, organização e análise de acervos importantes para a preservação da memória científica e para a história das ciências no Brasil: apresentação de resultados dos projetos concluídos. As ações implementadas serão acompanhadas e avaliadas através de Termos de Compromisso de Gestão - TCGs, assinados, anualmente, pela direção do Instituto com o MCT, através da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa e por visitas técnicas de especialistas.	
	AÇÃO: 4945 - Alfabetização Científica em Espaços Não-Formais de Educação pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.	Ampliar o acesso da população brasileira ao conhecimento científico e tecnológico.	Direta Execução direta utilizando a força de trabalho dos técnicos qualificados do MAST.	5,00%
	Ação: 6190 – Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa	Apoiar a realização, organização e participação em eventos, congressos, seminários técnicos e científicos, para a difusão do conhecimento em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I.	Direta Por meio de análise técnica das solicitações e descentralização de recursos orçamentários e financeiros para as unidades de pesquisa vinculadas ao MCT.	0,04%
	Ação: 8961 – Apoio à criação e ao desenvolvimento de museus e centros de ciência e tecnologia	Ampliar e desenvolver espaços de popularização da ciência no país e de educação não-formal, além de promover a articulação entre centros e museus de ciência existentes.	Direta e Descentralizada A ação deverá ser implementada por meio de convênios, termos de descentralizações, termos de parcerias, chamadas públicas, editais, encomendas, cooperação e parcerias com instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, entidades científicas e tecnológicas, organismos governamentais estaduais e municipais e com diversos setores da sociedade civil organizada. Além disso, poderão ser criados projetos especiais que buscarão implementar e apoiar ações dentro das prioridades definidas pelo MCT.	13,89%
2106 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério	Ação: 2000 - Administração da Unidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos	Se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa	67,61%



da Ciência, Tecnologia e Informação		orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	finalístico. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.	
-------------------------------------	--	---	--	--

Fonte: Extração do SIAFI 2012.

Evidenciamos que o maior volume de gastos do MAST se concentra na administração da própria UJ. Quanto à área fim, os maiores gastos se concentraram nas ações 4174 e 8961.

1.1.2 AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

1.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Ausência de documentos formais referentes ao encaminhamento e análise da prestação de contas do convênio SIAFI n.º 626828, documentos previstos na Portaria Interministerial 127/2008.

Fato

Analisamos o convênio n.º 626828 (SIAFI) firmado com a FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro), CNPJ n.º 60.555.513/0001-90, em 2008 e concluído em 2012, no valor total de R\$ 347.881,00 (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais). O objeto do instrumento foi a concessão de bolsas de inovação tecnológica para o desenvolvimento de atividades de formação,



pesquisa, atualização profissional e divulgação relacionadas aos programas desenvolvidos pelo MAST.

Da análise do processo do convênio, verificamos que o objetivo do convênio foi alcançado, entretanto, identificamos as seguintes impropriedades:

1. A prestação de contas final foi encaminhada pelo convenente no dia 31/05/2012, entretanto a aprovação das contas foi efetuada em 26/09/2012, ou seja, com prazo superior a 90 dias, em desconformidade com o disposto no artigo 60 da Portaria Interministerial 127/2008.

2. Na prestação de contas final encaminhada pelo convenente não constam os itens correspondentes aos incisos I e II do artigo 58 da Portaria Interministerial 127/2008, quais sejam: Relatório de Cumprimento do Objeto e Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento.

3. Para a análise e aprovação da prestação de contas final realizada pelo MAST, não identificamos o parecer da área técnica conforme o disposto no artigo 60 da Portaria Interministerial 127/2008, apenas a análise financeira da execução realizada pelo setor financeiro da UJ.

Causa

Ausência de procedimentos formais de controles internos no setor de convênios.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio da SA 201306037/010 solicitamos esclarecimentos ao gestor sobre as impropriedades apontadas. Em resposta, por meio do Ofício nº 046 / 2013 – DIR / MAST, de 24/04/2013, o gestor informou que:

Item 1:



“A prestação de contas foi aprovada com data posterior ao disposto na Legislação vigente devido ao atraso de lançamento no SIAFI por parte do setor financeiro, que encontrou dificuldades operacionais para concluir o lançamento no sistema.”

Item 2:

“Por falha no processo de arquivamento fomos obrigados a solicitar recentemente os documentos acima citados que se encontram anexados.”

Item 3:

“Para a aprovação do convênio foi elaborado parecer técnico pela Direção do MAST, conforme documento em anexo.”

Análise do Controle Interno

Inicialmente ressaltamos que o anexo encaminhado e referido na manifestação do item 3, não se trata do parecer da área técnica exigido no artigo 60 da Portaria Interministerial 127/2008 (prestação de contas final), mas sim do parecer que justificou a proposta para a formalização do convênio, datado de 18/02/2008, anterior, portanto, à assinatura do convênio.

Quanto às impropriedades apontadas, apesar delas não terem comprometido o objetivo e resultado final do convênio, evidenciam a necessidade de melhoria nos controles internos do setor de convênios do MAST.

Recomendações:

Recomendação 1: Na hipótese de celebração de novos convênios, implementar controles formais nesse setor, com procedimentos administrativos específicos para a formalização, acompanhamento, arquivamento e análise das prestações de contas dos instrumentos de transferências firmados pelo MAST.

2 GESTÃO OPERACIONAL

2.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS



2.1.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da contratação e gestão de bens e serviços de TI pelo MAST.

Fato

Analizamos uma contratação de Aquisição de Softwares, realizado por dispensa de licitação, no valor de R\$ 8.000,00. Com base na amostra selecionada, constatamos que essa contratação de Solução de TI foi baseada na necessidade real do órgão/entidade, está alinhada com o PDTI e em conformidade com a IN04 2010 da SLTI. Evidenciamos, ainda, que o processo licitatório relacionado à contratação de Soluções de TI foi baseado em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame, e realizados conforme a IN04 2010 da SLTI.

2.1.1.2 CONSTATAÇÃO

Existência de empregado terceirizado atuando no suporte à gestão de TI do MAST e executando atividades críticas para seu devido funcionamento na UJ.

Fato

Evidenciamos a existência de um empregado terceirizado atuando na área operacional de TI. Porém, tal empregado executa atividades de suporte à gestão de TI, mais especificamente na administração da rede local do MAST (sistemas operacionais Windows e Linux). As atividades deste terceirizado envolvem o monitoramento; a administração dos ativos da rede e do tráfego; a elaboração de diagnóstico de ambientes de servidores de rede e a comunicação de dados utilizando ferramentas de domínio público (CACTI, NAGIOS, etc); e a elaboração e implementação de projetos: novos serviços, infraestrutura física, lógica das redes e normas de Segurança da Informação e prospecção de novas tecnologias.

Registramos que, além do servidor experiente, já em condições de se aposentar, que realiza a gestão da área de TI do MAST, existe somente um único servidor trabalhando nessa área. Porém, esse servidor é um técnico em TI, com pouco tempo na UJ e sem a devida experiência na área de redes. Acrescentamos que esse novo servidor já veio em substituição a um outro, que ficou pouco tempo na UJ. Sendo assim, principalmente no caso de eventuais ausências (férias, licenças, cursos, etc) do servidor mais experiente, a atividade de administração da rede local do MAST fica na dependência de um terceirizado.



Tendo em vista o trabalho desenvolvido por este empregado terceirizado, entendemos que expõe a UJ à situação de risco e comprometimento da continuidade das atividades relacionadas à administração de sua rede de TI.

Causa

Insuficiência de recursos humanos na área de TI da UJ.

Manifestação da Unidade Examinada

A Diretora Substituta do MAST, por meio do Ofício nº 048 / 2013 – DIR / MAST, de 07/05/13, assim se manifestou sobre o assunto:

“Esclarecemos que a afirmação acima não corresponde à realidade do MAST, já que o referido empregado terceirizado atua apenas na execução operacional dessas tarefas e não na atividade de gestão, que é prerrogativa do chefe do Serviço de Tecnologia da Informação - STI, o Sr. [...]. Entretanto, compreendemos os riscos de que essas atividades sejam terceirizadas, de modo que estamos preparando nova licitação com a previsão de regras de transição contratual.

Ressaltamos ainda que o STI encontra-se com déficit no quadro de servidores, já que a última contratação através de concurso público para área de TI, foi em 16 março de 2005, na vaga de 1 (hum) Tecnologista. Entretanto, o servidor permaneceu no quadro de pessoal do MAST até 04 de julho de 2008, onde o mesmo solicitou vacância por posse de cargo inacumulável.

O STI necessita de um mínimo de 3 servidores, sendo 2 de nível superior (tecnologistas) com formação específica em tecnologia da informação para o exercício das suas competências, conforme relatório da força de trabalho no MAST encaminhado ao MCTI em 2007. Nessa época foi solicitada apenas mais uma vaga de tecnologista, tendo em vista que a outra ainda permanecia ocupada, já que a vacância só ocorreu em julho de 2008.

No último concurso público, o MAST foi informado pelo MCTI que não receberia nenhum tecnologista, o que impossibilitou o preenchimento das vagas.



Em que pese o reduzido quadro de pessoal, o STI está ciente de que as atividades de gestão de tecnologia da informação são prerrogativa dos servidores da casa.”

Análise do Controle Interno

A informação disponibilizada pelo gestor contrasta com a posição anterior, fornecida em resposta ao item 2.n da SA201306037/002, por meio do Ofício n° 028/2013 – DIR/MAST, de 05/04/2013, sobre os empregados terceirizados em TI:

“Aqui cabe ressaltar o trabalho desenvolvido pelo terceirizado [...] e que sua eventual saída da instituição causaria sérios transtornos.”

Desta forma, considerando o fato de que existem somente dois servidores concursados na área de TI do MAST, as atividades desenvolvidas e também a visão que nos foi passada quando da visita a essa área, mantemos o nosso entendimento de que esse empregado terceirizado executa de fato atividades de suporte à gestão da rede de TI do Museu, expondo a UJ à situação de risco e podendo comprometer a continuidade dessas atividades.

Chegou-se a um consenso com o gestor de que, embora o terceirizado em questão não realize atividades diretamente relacionadas à gestão de TI na UJ, sua ausência realmente causará um grande impacto nas atividades dessa área no MAST, principalmente quanto à administração da rede local do museu.

Apesar dos esforços do MAST, principalmente na solicitação ao MCTI de contratação de servidores por concurso público, a situação reportada permanece sem a devida solução.

Recomendações:

Recomendação 1: Atuar junto ao MCTI de modo a garantir atuação de, ao menos, um servidor da área de conseguir um recurso de TI com capacidade para administrar a rede local do MAST.

3 CONTROLES DA GESTÃO

3.1 CONTROLES INTERNOS



3.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

3.1.1.1 CONSTATAÇÃO

A unidade jurisdicionada é prestadora de serviços ao cidadão, porém ainda não implementou a carta de serviços ao cidadão.

Fato

A unidade jurisdicionada presta o seguinte serviço ao cidadão: atendimento ao consumidor. No entanto, a UJ até o momento não implementou a carta de serviços ao cidadão.

Causa

Entendimento equivocado sobre a suficiência das informações de atendimento ao cidadão apenas no site da Instituição.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 029 / 2013 – DIR / MAST, em 05/04/2013, em resposta ao item 3 da SA201306037/003, a Diretora Substituta assim se manifestou sobre a ausência da carta ao cidadão no MAST:

“As informações ao cidadão, referentes aos serviços prestados pelo MAST, das formas de acesso a esses serviços, dos respectivos compromissos e a dinâmica de atendimento ao público estão disponibilizadas no site da instituição – organizado segundo a área de atuação da instituição.

Estamos determinando a compilação destas informações para a confecção da Carta de Serviço ao Cidadão, nos moldes determinado pelo Decreto 6.932/2009, privilegiando permanente divulgação por meio de afixação em local de fácil acesso ao público, nos respectivos locais de atendimento e em nosso site.”

Análise do Controle Interno

A UJ reconheceu a necessidade de elaboração da carta de serviços ao cidadão para divulgação dos serviços prestados pelo MAST.

Recomendações:

Recomendação 1: Elaborar a carta de serviços ao cidadão, conforme determina o art. 11 do Decreto 6932/2009 e avaliar periodicamente o seu desempenho na prestação dos



serviços ao cidadão, especialmente em relação aos padrões de qualidade do atendimento fixados na Carta de Serviços ao Cidadão.

3.1.2 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

3.1.2.1 INFORMAÇÃO

Avaliação dos controles internos do MAST em suas diversas áreas.

Fato

Após analisar os controles internos do MAST e considerando os cinco aspectos abaixo, temos:

a) Ambiente de controle:

Como resultado de nossa análise, consideramos o ambiente de controle adequado na gestão das seguintes áreas: Resultados Quantitativos e Qualitativos - RQQ, Compras e Contratações - CC, Tecnologia de Informação – TI e Patrimônio, havendo espaço para melhoria na gestão das áreas de pessoas - RH, transferências e Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF.

b) Avaliação de risco:

No caso da avaliação de risco, consideramos adequada apenas a gestão de patrimônio. Havendo espaço para melhorias nas áreas de RQQ, CC e TI. Já quanto às áreas de RH, transferências e CPGF, entendemos haver a necessidade de melhorias.

c) Atividades de controle:

Com relação às atividades de controle, consideramos adequada apenas a gestão de RQQ. Há espaço para melhorias nas gestões de CC, TI e patrimônio. Entendemos ser necessário melhorar as gestões de RH, transferências e CPGF.

d) Informação e Comunicação:

Considerando o item informação e comunicação, estão adequadas as gestões de RQQ e patrimônio. As gestões de CC, TI, RH, transferências e CPGF necessitam de melhorias.

e) Monitoramento:



Quanto ao monitoramento, consideramos adequada apenas a gestão de RQQ. Havendo espaço para melhorias nas demais gestões.

Observamos que, devido ao perfil da UJ, não há a necessidade de criação de controles internos administrativos nas gestões das seguintes áreas: passivos assumidos pela UJ sem prévia previsão orçamentária e de renúncias tributárias praticadas.

De um modo geral, entendemos que os controles internos da UJ devem ser aprimorados, de modo a mitigar a ocorrência de riscos que possam comprometer a gestão do MAST.

4 GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 BENS IMOBILIÁRIOS

4.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

4.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação sobre a Gestão de Patrimônio do MAST.

Fato

Evidenciamos que o MAST não possui nenhum imóvel cadastrado no Spiunet embora seja responsável pela manutenção de alguns imóveis que compõem o campus do Observatório Nacional – ON em conjunto com o MAST. No intuito de esclarecer essa situação solicitamos uma posição da UJ sobre este assunto.

Em manifestação por meio de email, em 03/05/2013, a Diretora Substituta do MAST e o Diretor do ON, assim se manifestaram, conjuntamente sobre o patrimônio utilizado em conjunto pelo MAST e pelo ON:

“Através de assinatura do Termo de Entrega Provisória, a SPU (Outorgante) transferiu para o MCTI (Outorgado) a área do campus compreendido entre as ruas General Bruce, General Argolo e General José Cristino para uso das unidades de pesquisa ON e MAST. O Termo assinado em 29 de outubro de 2010 em sua Cláusula Quarta afirma: que a presente entrega provisória é feita com a obrigação do OUTORGADO (MCTI) observar os seguintes encargos...:

(a) apresentar planta de situação/locação e memorial descritivo do terreno e das benfeitorias, atualizados e assinados por profissional competente, observando a necessidade de alteração/correção caso seja verificada qualquer discrepância quando da homologação pelo setor competente desta SPU/RJ;

(b) efetivar o levantamento, cientificando a SPU/RJ quanto ao resultado, e, conforme o caso, promover ou subsidiar a regularização, observando a legislação em vigor, de



ocupações e/ou utilizações, por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, de áreas e/ou benfeitorias inseridas no imóvel ora entregue provisoriamente;

(c) promover a regularização e/ou atualização da situação cartorial e ocupacional do imóvel, com a adoção das providências que forem necessárias para tal, tais como, averbações de construções e/ou demolições, desmembramentos, remembramentos, etc.;

(d) promover a regularização e/ou atualização da situação do imóvel junto à Prefeitura Municipal, caso seja necessário;

(e) promover a conferência, atualização e/ou correção dos saldos constantes do sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET;

Ou seja, de acordo com o Termo de Entrega Provisória é obrigação do Outorgado (MCTI) realizar estudos sobre a área (confirmar seus limites com outros prédios: definir a área construída; etc), listados nos itens (a), (b), (c), (d) e (e), assim como solicitar prorrogações de prazo e outras providências junto a SPU. Em uma etapa posterior, o Outorgado (MCTI) determinará que parte desse patrimônio ficará sob a responsabilidade (uso) do MAST e do ON.

Entendemos ainda que o Plano Diretor do Campus ON/MAST elaborado pelo IBAM, conjuntamente com as Direções de MAST e ON e com a participação do MCTI e dos órgãos de patrimônio (IPHAN e INEPAC) é um importante documento que norteia e orienta o uso do campus e de seus imóveis, mas que não é um documento decisório, não estabelecendo portanto de maneira oficial quais os bens imóveis que estão sob a guarda do ON e quais estão sob a guarda do MAST.

Informamos ainda que nosso ponto de vista sobre o tema poderá ser revisto no futuro em função de alguma nova informação vinda do MCTI.”



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201306037

Unidade Auditada: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIENCIAS AFINS

Exercício: 2012

Processo: 01208000032201374

Município - UF: Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306037, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, constantes das folhas 001 a 005 do processo, seja pela regularidade.

Rio de Janeiro/RJ, 12 de Junho de 2013.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201306037

Exercício: 2012

Processo: 01208000032201374

Unidade Auditada: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIENCIAS AFINS

Município/UF: Rio de Janeiro/RJ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício da Unidade acima referida, expresso opinião acerca dos atos de gestão referentes ao exercício de 2012 a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Os trabalhos de auditoria realizados por esta CGU destacaram a boa execução das metas físicas estabelecidas para as Ações nº 4.174 – Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico e nº 4.945 – Alfabetização Científica em Espaços, resultando na extrapolação das metas inicialmente previstas. Dentre as atividades desempenhadas pelo MAST, no exercício em foco, ganha destaque a cooperação no desenvolvimento de ações de popularização da ciência na Cidade do Rio de Janeiro, articuladas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do MCTI – SECIS. Especificamente no exercício de 2012 o MAST contribuiu para a organização de dois eventos de grande envergadura na área de divulgação e popularização de ciência, o Armazém PopCiência na Rio+20 e os Eventos Integrados da Semana Nacional de C&T, envolvendo mais de cem instituições.

3. Os trabalhos de auditoria não evidenciaram impropriedades graves na gestão do MAST no decorrer do exercício de 2012. Quanto à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos observou-se que os componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento estão adequados, entretanto, há espaço para melhorias no sentido de mitigar a ocorrência de riscos que possam comprometer a gestão do MAST.

4. A equipe de auditoria destacou como ponto positivo da gestão do MAST no exercício de 2012 a elaboração do manual de procedimentos de compras de materiais e serviços, que estabeleceu rotinas e padronizou procedimentos, favorecendo assim a instituição de um ambiente de controle favorável para

as boas práticas na área de compras da UJ. Entretanto, o manual se ressentia de diretrizes envolvendo a inclusão da sustentabilidade nas compras e aquisições a serem efetuadas.

5. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria CGU n.º 201306037, acolho a conclusão, expressa no Certificado de Auditoria, de regularidade das contas dos responsáveis consignados no Rol de Responsáveis constante do processo de contas da unidade.

6. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília – DF, 12 de junho de 2013.

WAGNER ROSA DA SILVA
Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura